DESPACHO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
25 de Novembro de 2003

Processo T-339/03 R

Gabrielle Clotuche
contra
Comissão das Comunidades Europeias

«Processo de medidas provisórias – Funcionários –
Decisão de reafecção da recorrente ao lugar de consultor principal –
Urgência – Inexistência»

Texto integral em língua francesa II - 1423

Objecto: Pedido destinado, por um lado, à suspensão da execução da decisão de 9 de Julho de 2003, que reafecta a recorrente ao lugar de consultor principal do Serviço Estatístico das Comunidades Europeias (Eurostat), e da decisão de 1 de Outubro de 2003 que reorganiza o Eurostat e, por outro lado, a que a Comissão inicie as diligências necessárias para permitir a reintegração da recorrente no lugar de directora o mais rapidamente possível.

Decisão: O pedido de medidas provisórias é indeferido. Reserva-se para final a decisão quanto às despesas.

Sumário

Medidas provisórias – Suspensão da execução – Condições de concessão – Urgência – Dano moral que não pode ser melhor reparado num processo de medidas provisórias do que no processo principal – Inexistência (Artigos 242.º CE e 243.º CE; Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância, artigo 104.º, n.º 2)

A finalidade do processo de medidas provisórias não é a de assegurar a reparação de um dano, mas a de garantir a plena eficácia do acórdão quanto ao fundo da questão. Para alcançar este último objectivo, importa que as medidas requeridas sejam urgentes, no sentido de ser necessário, para evitar um prejuízo grave e irreparável dos interesses dos requerentes, que sejam decretadas e produzam os seus efeitos antes da decisão no processo principal.

Daqui resulta que a condição relativa à urgência não existe quando a concessão das medidas provisórias requeridas não pode obviar ao prejuízo moral alegado em medida maior do que aquela que resultaria de uma eventual anulação da decisão controvertida no termo do processo principal.

Assim, no que se refere a decisões relativas à reafectação de um funcionário a um outro lugar no interior da instituição em causa, bem como à reorganização da instituição, o dano moral invocado, que consiste, por um lado, num prejuízo da reputação e da honra do referido funcionário e, por outro, numa incerteza relativa quanto ao seu futuro profissional, não corresponde à condição relativa à urgência.

(cf. n.ºs 22 a 25)

Ver: Tribunal de Justiça, 29 de Janeiro de 1997, Antonissen/Conselho e Comissão, C-393/96 P(R), Colect., p. I-441, n.º 27; Tribunal de Justiça, 25 de Março de 1999, Willeme/Comissão, C-65/99 P(R), Colect., p. I-1857, n.º 62; Tribunal de Primeira Instância, 11 de Abril de 1995, Gómez de Enterría/Parlamento, T-82/95 R, ColectFP, pp. I-A-91 e II-297, n.º 21; Tribunal de Primeira Instância, 27 de Setembro de 2002, Marcuccio/Comissão, T-236/02 R, ColectFP, pp. I-A-181 e II-941, n.º 35; Tribunal de Primeira Instância, 13 de Dezembro de 2002, Michael/Comissão, T-234/02 R, ColectFP, pp. I-A-321 e II-1543, n.ºs 31 e 32; Tribunal de Primeira Instância, 19 de Dezembro de 2002, Esch-Leonhardt e o./BCE, T-320/02 R, ColectFP, pp. I-A-325 e II-1555, n.ºs 27 e 33